

■ DORA KRAMER

Economia - Brasil

FH acerta apoio ao ajuste

O calendário de divulgação das medidas do ajuste fiscal que serão enviadas ao Congresso é político, mas não apenas eleitoral. Enquanto espera o segundo turno das eleições estaduais de olho na preservação dos aliados, Fernando Henrique Cardoso também ganha tempo para consultas prévias que não incluem apenas os governadores e os líderes partidários, mas também gente de alta influência em diversos setores: da comunicação aos bancos, passando pelo Judiciário.

Como já tinha ficado claro em seus discursos recentes, o presidente não pretende, desta vez, limitar o diálogo ao âmbito político no sentido estrito. Quer ampliar o espectro de apoios prévios, *amarrar* a articulação da maneira mais abrangente possível, com dois objetivos: compartilhar responsabilidades, mostrando às diversas instâncias da sociedade que o problema não se restringe a uma questão de governo, e aumentar assim seu cacife junto ao Congresso.

No caso dessas medidas, a última coisa que pode acontecer é o governo cair na velha armadilha da negociação miúda cujos malefícios se já são evidentes em situações menos dramáticas, agora significariam um risco inadmissível de desmoralização.

Fernando Henrique ainda não recebeu nada pronto e acabado por escrito da equipe econômica – a ida do ministro Pedro Malan ao presidente na terça-feira supostamente para entregar as medidas foi apenas um gesto ritualístico –, mas é claro que o governo sabe bem o que pretende, tanto que, no varejo, deu vazão a várias de suas intenções. E é esse cardápio que servirá de base às conversações.

Quem está acompanhando de perto a engenharia do pacote dentro do governo antecipa que, a despeito de guardarem relação com a realidade todas as medidas que já vêm sendo antecipadas, o núcleo do ajuste estará centrado na questão da Previdência e de pessoal que, no fundo, são o mesmo problema. O que equivale a dizer: o importante mesmo serão as medidas provisórias que aumentarão as contribuições de ativos e inativos do setor público.

O economista Raul Velloso, especialista em contas públicas, considera que realmente essa é a única saída. “O governo errou quando, lá atrás, deu a impressão de que as reformas bastariam, resolveriam tudo. Deveria ter deixado bem claro que reforma tem efeito a longo prazo, entre outros motivos, porque levam em conta direitos adquiridos”, argumenta Raul.

Para ele, e do governo saem informações de que esse raciocínio de fato pautará o pacote, é preciso agora resgatar uma estratégia de curto prazo. Que estaria centrada nas medidas provisórias relativas ao setor público para ter efeito imediato. O economista inclusive defende que o governo deveria dizer claramente à sociedade não só quem serão os atingidos, como também tentar uma aliança com os que pagarão mais (o funcionalismo) acenando com a possibilidade de esses aumentos terem apenas um caráter emergencial.

Ou seja, quando as reformas comessem a surtir efeito, suas contribuições voltariam aos patamares anteriores. Essa seria uma forma de ganhar aliados à reforma. A autoridade governista que corrobora as opiniões de Raul quanto ao que é a questão central, no entanto, considera essa hipótese remota e indaga desde quando alguém viu imposto dito provisório vir a ser realmente provisório. E cita o caso da CPMF.

Na opinião de Raul Velloso, o fundamental é que o pacote não saia “desfocado”. Ele lembra o exemplo das 51 medidas de outubro do ano passado. “Ali o foco era o aumento da arrecadação, o resto era penduricalho. Quando o governo não diz exatamente qual é o seu foco e algumas medidas não têm eficácia, o descrédito acaba contaminando todo o pacote, que foi o que aconteceu.”

Com o assunto arrecadação administrado – houve um aumento de 60% nos últimos três anos –, Raul Velloso não tem dúvida de que o sinal definitivo para firmar uma credibilidade exterior até hoje nunca conquistada é realmente bater pesado no setor público. “Tirando os juros, 70% da despesa do governo estão na Previdência e em pessoal. Portanto, se o governo não disser claramente aonde quer chegar, o resultado será uma diluição de expectativas e o pacote interpretado como pífio. Ou se faz algo crível, ou não se faz.”